Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. FLÁVIO ESGAIB KAYATT

DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 8523/2020

PROCESSO TC/MS	: TC/7906/2018
PROTOCOLO	: 1916374
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
JURISDICIONADO (A)	: MARCOS MARCELLO TRAD
CARGO	: PREFEITO MUNICIPAL
INTERESSADO (A)	: JULIANA DO NASCIMENTO
TIPO DE PROCESSO	: CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
RELATOR	: CONS. FLÁVIO KAYATT

RELATÓRIO

A matéria dos autos trata da apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de **concessão de aposentadoria por invalidez** à servidora Juliana do Nascimento, que ocupou o cargo de Assistente Administrativo II, na Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande.

Ao examinar os documentos, a Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária (DFAPGP) manifestou-se por meio da **Análise n. 7232/2020** (pç. 14, fls. 76-77) pelo registro do ato de aposentadoria por invalidez, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição (4.320 dias, ou seja, 11 anos, 10 meses e 5 dias)

Na sequência, o Procurador do Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o **Parecer n. 8509/2020** (pç. 15, fl. 78), opinando pelo **registro** do ato de concessão de aposentadoria em apreço.

É o Relatório.

DECISÃO

Analisando os documentos dos autos, verifico que o ato de concessão de aposentadoria por invalidez obedeceu à regra do art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal, bem como as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Diante do exposto, concordo com a análise da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária (DFAPGP), acolho o parecer do Ministério Público de Contas (MPC) e **decido pelo registro do ato de concessão de aposentadoria por invalidez, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição (4.320 dias, ou seja, 11 anos, 10 meses e 5 dias)** à servidora Juliana do Nascimento, que ocupou o cargo de Assistente Administrativo II, na Secretaria

Municipal de Saúde de Campo Grande, com fundamento nas regras do art. 77, III, da Constituição Estadual, dos arts. 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual n. 160, de 2012, e do art. 11, I, do Regimento Interno (Resolução n. 98, de 5 de dezembro de 2018).

É como decido.

Campo Grande/MS, 10 de setembro de 2020.

FLÁVIO KAYATT
GAB. CONS. FLÁVIO ESGAIB KAYATT

BF